

# Protagonismo de mulheres levanta questão sobre 'jeito feminino' de fazer política

*Para cientista política, ideia é “estigmatizante” e “age contra as mulheres”. “É ‘sexismo benevolente’.”*

**(HuffPost Brasil, 11/04/2019 - acesse no site de origem)**

Nos últimos meses, o protagonismo de mulheres na política, seja quebrando tradições como na eleição da primeira presidente da Eslováquia - Zuzana Caputová foi eleita em 31 de março -, ou liderando seus países em momentos de crise, como Theresa May, no Reino Unido, e [Jacinda Ardern](#), na Nova Zelândia, atraíram os holofotes de todo o mundo.

A ideia de que seria possível identificar um “jeito feminino” de fazer política, no entanto, está longe de ser uma unanimidade.

“Eu acho que esse movimento [de mulheres na política] é sempre crescente. Mas eu detesto a aceção de que existe um ‘jeito feminino’ de fazer política”, disse Débora Thomé, cientista política e uma das autoras do livro *Mulheres e poder - Histórias, ideias e indicadores*, ao HuffPost Brasil.

Segundo Thomé, algumas pesquisas essencializam o fato de que, se uma mulher está à frente, há a necessidade de fazer uma política mais “feminina”. Desta forma, quando eleitas, as mulheres fariam o campo da política mais idôneo e ético e teriam, portanto, mais “pureza” para “limpar o jogo sujo” feito pelos homens.

“Política é uma coisa muito mais complexa. Existem mil jeitos de governar. Uma mulher agindo só com base nisso também pode ser vista como fraca. O ponto é: não há evidências de que países que elegem mais mulheres têm menos corrupção. Mas também não há evidências para afirmarmos o oposto.”

Além de Ardern, que teve de responder de forma firme a um recente massacre em mesquitas na Nova Zelândia; e May, que enfrenta um dos momentos recentes mais complicados da política britânica, com o impasse sobre o Brexit; Angela Merkel é exemplo de uma liderança forte na Alemanha, que já se estende por 13 anos. Na África, a Etiópia elegeu Sahle-Work Zewde, sua primeira presidente, no fim de 2018.



Jacinda Ardern, primeira ministra da Nova Zelândia, em visita recente à China. (Foto: Jackson Lee/Reuters)

Nos Estados Unidos, apesar de o protagonismo não ter chegado ainda à Casa Branca nas últimas eleições, as mulheres têm se destacado nos embates no Congresso, como é o caso das democratas Nancy Pelosi e [Alexandria Ocasio-Cortez](#). Recentemente, a cidade de Chicago elegeu [Lori Lightfoot](#), sua 1ª prefeita mulher, lésbica e negra.

No Brasil, as eleições trouxeram o maior número de deputadas mulheres para o Congresso Nacional. [Foram eleitas 77 parlamentares do total de 513](#), de acordo com dados finais da Justiça Eleitoral. Em 2014, eram 51. O número da última eleição representa crescimento de mais de 50% em relação à anterior.

Já no Senado, 7 representantes femininas tiveram vitória nas urnas. É o mesmo número de eleitas em 2010, última eleição para duas vagas na Casa. Em 2014, onde cada estado tinha uma vaga na disputa, outras 5 ganharam o pleito.

Eu acho que a gente não tem evidências para dizer que existe um ‘estilo feminino’ de governar.

*Débora Thomé, cientista política*

A cientista política Débora Thomé diz não acreditar no que chama de “generificação do poder” e que isso é uma forma de estigmatização que age contra as mulheres. Por outro lado, acredita

que elas podem estar mais atentas a outros temas que homens não estão, justamente “pela forma como são socializadas”.

“Eu não acredito nessa ‘generificação’ do poder. Eu acho que é uma forma estigmatizante e que essa ideia age contra as mulheres. Isso é ‘sexismo benevolente’”, diz.

O “sexismo benevolente” ao qual Thomé se refere, é um termo criado pelos psicólogos norte-americanos Peter Glick e Susan Fiske [em um estudo publicado em 1996](#), que explica as consequências que “uma atitude paternalista em relação às mulheres que as idealiza afetivamente” pode ter.

“Eu acho que a gente não tem evidências para dizer que existe um ‘estilo feminino’ de governar. Eu acho que a gente tem barreiras que impedem as mulheres de chegar aos cargos de poder. Não apareceram Tabatas e Ocasios-Cortez antes porque não havia esse espaço. Agora há. E existem pautas que são caras às mulheres. Como, por exemplo, a pauta da creche.”

Para explicar, a pesquisadora cita o estudo publicado em 2017 pela London School of Economics (LSE) [“Cotas de gênero e a crise do homem medíocre: teoria e evidência”](#), que afirma que a presença de mais mulheres na política aumenta a representação não só por causa das mulheres – mas porque a formação de novos grupos competitivos mexe com a estrutura política e, de certa forma, fortalece a democracia.

Nesse contexto, Thomé acredita que o “o ideal é ter mais mulheres dentro do governo”, por que isso trará “novas características” para a política que é feita.

“Elas estão conseguindo chegar lá de alguma forma. São pessoas que estão alijadas do poder ainda que tenham condições de estar lá. É mais sobre pensar como aumentar essa representatividade, do que se existe ‘jeito feminino’.”

### **Ter mais ‘representação’ faz diferença para as mulheres?**

Um dos efeitos de ter um número significativo de mulheres tanto em altos cargos de comando político ou no parlamento — tanto no Brasil quanto em outros países — é “incentivar outras mulheres” a participarem de processos decisórios e também refutar a tradicional ideia de que “mulheres ainda são ‘inapropriadas’ ou ‘incapazes’” para pertencerem à política.

Esta é a análise da cientista política Maria do Socorro Sousa Braga, diretora da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) e professora da Ufscar (Universidade Federal de São Carlos).

“No Brasil a gente tem 15% das cadeiras da Câmara representadas por mulheres. Esse número é alto se comparado a outros países emergentes, mas ainda é muito baixo para o Brasil. Temos que buscar quais são as razões disso”, aponta. “Quanto maior a desigualdade, menor é a possibilidade de ter mais mulheres em ambientes de decisão política.”

Atualmente, o Brasil fica atrás de dezenas de países quanto à presença de mulheres na política. Está na 115ª posição no ranking mundial de representatividade feminina no Parlamento dentre os 138 países analisados pelo Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI), com base no banco de dados do Banco Mundial (Bird) e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Quanto maior a desigualdade, menor é a possibilidade de a gente colocar mais mulheres em ambientes de decisão política.

*Maria do Socorro Sousa Braga, diretora da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) e professora da Ufscar (Universidade Federal de São Carlos)*

“Quando existem mulheres eleitas em governos parlamentaristas ou até presidencialistas, você está dizendo que mulheres são tão capazes quanto homens. Não existem cargos políticos ‘masculinos’”, afirma. “Isso também mostra para a sociedade que ideias tradicionalistas que colocam mulheres como ‘inapropriadas’ ou ‘incapazes’ são equivocados.”

Para a especialista, o resultado da eleição que elevou a representação das mulheres no Congresso também é fruto de um movimento que “extrapolou a arena político-partidária”.

“As mulheres vêm em uma crescente, se tornando atores fundamentais no processo de ampliação e democratização de espaços de poder, seja ele qual for, desde empresas até movimentos sociais. Essa crescente é algo que pode mudar a mentalidade de lideranças, que hoje ainda são muito machistas.”

### **O caminho para um parlamento equânime**

Denilde Holzacker, doutora em ciência política pela USP (Universidade de São Paulo), aponta que, como no Brasil as mulheres ainda estão entrando na política de forma gradual, o “sexismo benevolente” se faz presente de forma geral.

“De fato, em países como Índia e Brasil, as mulheres ainda precisam lembrar seus colegas de parlamento todos os dias que, sim, elas têm tanta capacidade quanto eles de estarem lá. E isso reforça essa ideia de ‘benevolência’”, afirma. “Agora existe um ambiente com mais mulheres. E isso é bom porque significa que elas podem ser donas da própria história e das próprias opiniões.”

A especialista aponta que, além deste “lembrete”, é importante ressaltar que hoje, especificamente no Brasil, existe uma “nova geração de mulheres na política trazendo bandeiras diferentes do que havia antes”.

“Hoje a gente tem uma nova visão do que é política e que algumas mulheres conseguem expressar de forma clara, trazendo outras bandeiras. Mas também existe um erro em achar que todas trazem pautas feministas. Não é assim.”

Holzacker destaca que um debate que pode colocar em risco hoje a inserção de mais mulheres na política são as chamadas “candidaturas-laranja”.

[Após denúncias sobre partidos terem usado, na eleição de 2018, “candidaturas-fantasma”](#) de mulheres para atingir o percentual mínimo de candidatas, dois projetos foram apresentados na Câmara com a intenção de acabar com a cota de 30% do Fundo Eleitoral para essas candidaturas.

“A gente precisa ter um outro debate sobre essas mulheres e a participação delas. É extremamente equivocado apresentar projetos para acabar com os 30%. É preciso discutir isso de outra forma. Por que, ao invés de se debater como aperfeiçoar esse instrumento, pretende-

se acabar com ele?”

Andréa Martinelli

---

## **De índia a petista, conheça as conservadoras escaladas para o ministério de Damares**

*Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos juntou secretárias de perfis variados para tratar de temas como ensino domiciliar, suicídio e automutilação*

**(O Globo, 07/04/2019 - acesse a íntegra no site de origem)**

Das nove secretarias do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), seis são ocupadas por mulheres. Ao contrário do que se vê no Ministério da Educação (MEC), que vive em clima de paralisia criado por uma disputa interna, Damares Alves parece ter conseguido um feito: congregar diversidade em torno de um discurso coeso, de alto teor conservador. Foi do único núcleo de poder feminino no governo Bolsonaro, por exemplo, que saiu a proposta de reforma do ensino à distância. Na semana passada, a ministra foi defender sua visão de “homeschooling” na Câmara, uma pauta que, em outras administrações, poderia ter sido elaborada pelo MEC.

O conservadorismo é o que une as mulheres à frente das secretarias de Damares. Não se fala em feminismo, mas em ouvir mais os homens. A estrutura de proteção à comunidade LGBTI não foi alterada, mas defende-se a família “tradicional”. As protagonistas do MDH são um retrato de muitos Brasis: convivem uma líder indígena, uma amiga da primeira-dama Michelle Bolsonaro que é surda e uma evangélica petista que assinou manifesto em defesa de Dilma Rousseff durante o processo de impeachment. Petrucia Andrade é a única que já discordou, no passado, de Damares em tema central: assinou manifesto em defesa da descriminalização do aborto.

As mulheres de Damares apareceram com desenvoltura no primeiro trimestre no Congresso, no exterior e em cidades do interior anunciando projetos que vão do combate ao suicídio indígena à prevenção da automutilação — ainda que sem apresentar políticas detalhadas.

Uma das iniciativas mais ambiciosas, mas ainda em estado inicial, é a tentativa de parceria com o Facebook e o Google para a criação de um sistema de buscas para crianças desaparecidas.

O GLOBO procurou todas as secretárias, mas três delas não quiseram dar entrevistas. O ministério informou que irá apresentar o conjunto de iniciativas da pasta — que tem orçamento de R\$ 450 milhões — “no momento que considerar apropriado”.

---

# PF vê participação de ministro do Turismo em esquema de laranjas

*Investigação sob sigilo suspeita de falsidade ideológica de Marcelo Álvaro Antônio, que diz haver ilações sem base e confiar na Polícia Federal*

**(Folha de S.Paulo, 05/04/2019 - acesse no site de origem)**

Após 30 dias de investigação, a Polícia Federal vê elementos de participação de Marcelo Álvaro Antônio, ministro do Turismo, no [esquema de candidaturas de laranjas do PSL](#) em Minas Gerais na eleição de 2018.

Investigadores apuram inicialmente a suspeita do crime de falsidade ideológica. Outro crime em apuração é o de lavagem de dinheiro.

Depoimentos prestados (entre eles o de um nome inédito até aqui), áudios obtidos pela PF e documentos colhidos levam a investigação do caso ao ministro do Turismo do governo Jair Bolsonaro. O próximo passo é aprofundar as investigações para identificar qual foi a participação do ministro em eventuais crimes.

A Folha revelou em fevereiro que Álvaro Antônio, que era presidente do PSL em Minas Gerais na última eleição, [patrocinou um esquema de candidaturas de laranjas](#) com uso de verba pública eleitoral. Ele nega irregularidades.

O jornal mostrou também outros casos em Pernambuco. O escândalo levou à queda do ministro Gustavo Bebianno da Secretaria-Geral da Presidência —ele era presidente nacional do PSL no ano passado.

O presidente Jair Bolsonaro tem dito que a situação do ministro do Turismo causa desgaste para o governo e que espera a conclusão da apuração da PF para decidir o destino de Álvaro Antônio.

Além de depoimentos de candidatas usadas como laranjas, a PF colheu e recebeu documentos que estão sendo considerados importantes para o inquérito —que não tem previsão para ser concluído.

[Zuleide Oliveira](#), 42, de Santa Rita de Caldas (MG), que envolveu o ministro diretamente no caso em entrevista à Folha em março, entregou recibos de pedágio como forma de provar que se deslocou para Belo Horizonte no dia em que disse ter tido uma reunião com Álvaro Antônio, em setembro do ano passado.

Ela reafirmou à polícia que o ministro lhe ofereceu dinheiro do fundo partidário para sua campanha, no valor de R\$ 60 mil, com a condição de que ela devolvesse R\$ 45 mil.

O encontro ocorreu, segundo Zuleide, no escritório do político na capital mineira, em um prédio que exige identificação na entrada, até com foto. A PF busca esses registros.

Três testemunhas que estavam na sala, segundo seu depoimento, também serão ouvidas – e são consideradas peças-chave na apuração.

No celular de Zuleide, que agora está com os investigadores, foram encontrados diversos áudios com dirigentes do PSL de Minas, incluindo assessores de Álvaro Antônio.

Uma outra candidata, Neia Rodrigues, 37, cujo relato ainda não era conhecido, prestou depoimento e disse ter sido usada como laranja também. Ela foi ouvida em Belo Horizonte na semana passada.

Com Neia e Zuleide, já são quatro denúncias feitas sobre o esquema. A Folha também mostrou os relatos de [Cleuzenir Barbosa](#), 47, que disse que o ministro tinha conhecimento do escândalo, e de [Adriana Borges](#), 54, que afirmou ter recebido um pedido de um assessor de Álvaro Antônio para devolver R\$ 90 mil de dinheiro público ao partido.

Depoimentos de uma quinta e uma sexta denunciante são esperados pela polícia nos próximos dias.

O Ministério Público de Minas também investiga o caso.

Reportagem da Folha de 4 de fevereiro mostrou que o ministro patrocinou um esquema de candidaturas de laranjas em Minas que direcionou verbas públicas de campanha para empresas ligadas ao seu gabinete na Câmara.

De R\$ 279 mil repassados pelo PSL a quatro candidatas, ao menos R\$ 85 mil foram parar oficialmente na conta de quatro empresas de assessores, parentes ou sócios de assessores de Álvaro Antônio.

As quatro candidatas foram ouvidas, mas negaram irregularidades ou que tenham atuado como laranjas. A investigação está sob sigilo.

O ministro tem negado participação no esquema e tem dito que seguiu a lei na eleição.

Na semana passada, a reportagem acompanhou sua visita à Câmara para uma reunião na comissão do Turismo.

Ele conversou de forma privada com alguns parlamentares e atacou a imprensa. [“Tirando a Folha de S.Paulo e a Globo, está tudo bem”](#), respondeu a um deputado que o cumprimentou, após a pergunta “opa, ministro, tudo certo?”.

A um dos colegas com quem conversou, disse que a PF não encontrou nada sobre ele na investigação e que o problema são as reportagens da Folha.

Além do caso de Minas, a Folha também revelou situação similar em Pernambuco.

O grupo do atual presidente do PSL, Luciano Bivar (PE), segundo vice-presidente da Câmara dos Deputados, criou uma candidata laranja em seu estado que [recebeu do partido R\\$ 400 mil de dinheiro público](#) na eleição de 2018.

Maria de Lourdes Paixão, 68, que oficialmente concorreu a deputada federal e teve apenas 274 votos, foi a terceira maior beneficiada com verba do PSL no país, mais do que Jair Bolsonaro e a deputada Joice Hasselmann (SP), essa com 1,079 milhão de votos.

A série de reportagens levou o governo à primeira grande crise, [culminando na queda de Bebianno](#) em 18 de fevereiro.

Representante do Ministério Público no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o vice-procurador-geral eleitoral, Humberto Jacques de Medeiros, defende que, em casos de uso de candidatas laranjas para burlar a cota de 30% de candidaturas femininas, todos os integrantes da coligação sejam punidos com inelegibilidade e/ou perda do mandato.

“Se há algo de errado, cai o conjunto inteiro, todo mundo que participou da fraude e se beneficiou dela”, disse Medeiros à Folha no mês passado.

O TSE começou a julgar em meados de fevereiro um processo sobre laranjas na eleição municipal de 2016. O ministro Edson Fachin pediu vista e a análise deve ser retomada nas próximas semanas.

Em nota enviada por sua assessoria, o ministro disse que “mais uma vez, a Folha de S.Paulo age de forma política e partidária para fazer ilações sem qualquer base. O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, aguarda o fim das investigações com tranquilidade e confiança na seriedade e profissionalismo da Polícia Federal”.

*Camila Mattoso*

---

## **Parlamentares lançam frente feminista e antirracista**

Será lançada nesta tarde na Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar Feminista e Antirracista. O novo grupo será coordenado pela deputada Erika Kokay (PT-DF) e tem o apoio do Centro Feminista de Estudos (Cfemea).

**(Agência Câmara Notícias, 03/04/2019 - acesse no site de origem)**

O objetivo da frente é construir coletivamente mais um instrumento de luta e defesa dos direitos das mulheres, com foco no combate e enfrentamento do feminicídio e todas as formas de violência contra a mulher; debater propostas legislativas de interesse do segmento e discutir mecanismos de ampliação da participação feminina nos espaços de poder.

### **Associação suprapartidária**

Frente parlamentar é uma associação de deputados de vários partidos para debater um assunto determinado. Para ser criada, a frente deve registrar um requerimento com o apoio de pelo menos 1/3 de membros do Poder Legislativo.

O lançamento da Frente Parlamentar Feminista e Antirracista ocorrerá no Salão Nobre a partir das 14 horas.



---

# Chicago elege sua primeira prefeita negra e homossexual

*Lori Lightfoot supera Toni Preckwinkle, também afro-americana, por quase 50 pontos*

**(El País, 03/04/2019 - acesse no site de origem)**

Acompanhada por sua esposa e sua filha, a democrata Lori Lightfoot, mulher negra de 56 anos, declarou sua vitória em Chicago nesta terça-feira dizendo que os eleitores tinham feito “história” ao criar um movimento pela mudança que proporcione solução para as altas taxas de criminalidade na cidade, a brutalidade policial e a corrupção endêmica. Mas não só por isso. Pela primeira vez, a cidade de Chicago elege uma mulher, negra e homossexual como prefeita.

Embora Lightfoot, ex-promotora federal e advogada de uma empresa importante, nunca antes tenha desempenhado um cargo eletivo, superou sua adversária, Toni Preckwinkle, também afro-americana, por uma ampla margem de quase 50 pontos, 74% contra 26% dos votos.

A campanha foi dura e com muitas acusações. Nem 30% do 1,5 milhão de moradores registrados foram às urnas, ainda menos que os 34% que votaram no primeiro turno, em fevereiro, do qual participaram 14 candidatos. Lightfoot sucederá a Rahm Emanuel, que em setembro convulsionou a política municipal de Chicago ao anunciar que não concorreria a um terceiro mandato. A permanência na Prefeitura do ex-chefe de Gabinete de Barack Obama foi muito afetada por um caso de violência policial que definiu o restante de sua carreira como prefeito.

Em 2014, um policial branco matou com 16 disparos pelas costas um adolescente afro-americano. O prefeito resistiu a divulgar o vídeo que mostrava o ataque brutal e foi acusado pelos líderes da comunidade negra de encobrir o crime. O policial está atualmente cumprindo uma sentença de quase sete anos de prisão pelo crime de homicídio em segundo grau.

“Estamos enfrentando interesses poderosos”, disse Lightfoot em seu discurso de vitória em um hotel de Chicago. “Quando começamos nossa campanha, ninguém confiava em nossas possibilidades. Agora, vejam aonde chegamos”, acrescentou a prefeita eleita, que prometeu pôr “os interesses de todos os moradores da cidade acima dos interesses de uns poucos privilegiados.”

Preckwinkle, 71 anos, faz parte da máquina do partido democrata e atualmente é a executiva-chefe do Condado de Cook, que abrange a cidade de Chicago, o que pesou contra ela, segundo analistas, já que os eleitores têm procurado romper com o *establishment* político, fartos da violência e da corrupção. “Este pode não ser o resultado que queríamos, mas, mesmo que me decepcione, não estou desanimada”, disse Preckwinkle ao admitir a derrota para Lightfoot. “Esta é claramente uma noite histórica porque não muito tempo atrás duas mulheres afro-americanas em um segundo turno para a prefeitura seria algo impensável”, acrescentou.

Os eleitores deixaram claro que querem que o próximo prefeito aborde os principais problemas

que afligem a cidade de 2,7 milhões de habitantes, especialmente as disparidades econômicas e a violência com armas de fogo, que causa mais mortes do que em outras grandes cidades nos Estados Unidos. Mais de 550 pessoas foram mortas em Chicago no ano passado pela violência de gangues, muitas vezes alimentada pelo narcotráfico, principalmente em bairros negros e com dificuldades econômicas.

---

## **Suspeitas de desvios na cota de gênero refletem baixa representatividade feminina na política, apontam especialistas**

*Brasil ocupa a 133ª posição em ranking mundial de representatividade feminina na Câmara dos Deputados. No Senado, dos 54 senadores eleitos em 2018, apenas 7 são mulheres*

**(O Globo, 19/03/2019 - acesse no site de origem)**

Mais de cinco décadas distanciam Josete Martins Ramos, de 76 anos, e Danielle Alves, de 17. A estudante nunca votou, diferente da bancária aposentada, que lembra com boa memória candidatos de eleições passadas. Um pensamento, no entanto, aproxima as duas: faltam mulheres na política brasileira.

A última vez que Josete foi às urnas para votar em uma candidata foi em 2002, quando votou em uma deputada federal. Apesar de reconhecer a falta de representatividade feminina, ela diz que o gênero não faz diferença na hora do voto.

— Precisa ser capaz de exercer o cargo. Se for bem preparado, não importa se é homem ou mulher — opina.

Já Danielle acabou perdendo o prazo de emissão do título de eleitor no ano passado após completar 16 anos. Jovem negra, a estudante acredita que faz toda diferença se uma parlamentar é mulher.

— É preciso que haja mulheres ocupando esses espaços, porque só mulheres sabem o que mulheres passam. Como negra, sinto uma falta de representatividade muito grande. Nossas pautas acabam não sendo colocadas em debate — comenta.

A falta de representatividade sentida não apenas pelas duas, mas por outras tantas mulheres, tenta ser contornada por mecanismos que existem há mais de 20 anos na legislação brasileira. As primeiras cotas de gênero foram criadas entre 1995 e 1997, e pela última edição, obrigam que no mínimo 30% das candidaturas de cada partido ou coligação sejam preenchidas por mulheres. No ano passado, por decisão do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, esse mesmo mínimo percentual deve ser reservado dos Fundos Eleitoral e Partidário para financiar candidaturas femininas.

No entanto, casos recentes levantaram suspeitas de que mulheres foram usadas nas eleições

do ano passado como 'laranjas' — candidatas de fachada, que teriam entrado na corrida eleitoral apenas para que partidos atingissem o percentual mínimo, e os recursos, destinados por lei ao financiamento das candidaturas femininas, desviados para outros fins, inclusive para candidatos homens.

Para Luciana Lóssio, ex-ministra do TSE e presidente da Comissão de Direito Eleitoral do Instituto dos Advogados do Brasil, as suspeitas de desvio de verba de financiamento esbarram diretamente na falta de representatividade feminina, e poderiam ser evitadas com a presença de mulheres ocupando cargos nas diretorias e tesourarias dos partidos.

— Não vemos mais do que os 30% exigidos por lei de mulheres sendo candidatas porque os partidos não estão abrindo as portas, não estão possibilitando que as mulheres se lancem candidatas com as reais condições de concorrer. Com democracia intrapartidária, teríamos mulheres ocupando espaços de decisão, participando da divisão do dinheiro do financiamento de campanha, e muitos desvios como esses poderiam ser evitados — diz a ex-ministra.

Professora de Ciência Política da UnB, a professora Flávia Biroli afirma que com [projetos de lei como o do senador Angelo Coronel \(PSD-BA\), que pretende acabar com a cota de gênero](#), promove-se a visão equivocada de que mulheres não querem participar dos debates políticos.

— Mulheres participam de conselhos, protestos, são filiadas a partidos, mas encontram dificuldades para candidatar-se e para eleger-se. Os partidos são estruturas de poder historicamente masculinas, e as lideranças partidárias têm grande poder no Brasil. E nesse ponto, o financiamento público eleitoral aumenta seu poder: elas definem para quais candidaturas irá o recurso — diz.

### **País avança pouco em representatividade**

De um total de 193 países, o Brasil ocupa a 133ª posição no ranking mundial de representatividade feminina na Câmara dos Deputados, atrás de países como a Arábia Saudita, onde as mulheres só foram autorizadas a dirigir no ano passado, e só podem trabalhar ou abrir uma empresa ou conta bancária com a permissão de um homem. A informação é produzida pelo organismo internacional Inter-Parliamentary Union, e revela o quão distante o país está do cenário ideal de proporcionalidade em relação ao número de mulheres na população — segundo a projeção do IBGE para este ano, 51% da população brasileira é feminina.

Com as eleições de 2018, o número de deputadas federais aumentou 49% em relação ao último pleito, passando de 51 para 76 parlamentares eleitas. No Senado Federal, onde o primeiro banheiro feminino só foi construído em 2016, mais de 50 anos depois da inauguração do Congresso Nacional, o panorama é o mesmo desde 2010, ano em que ocorreram às últimas eleições de 2/3 da casa: dos 54 senadores, apenas 7 mulheres foram eleitas. Em três estados, não houve nenhuma candidatura feminina para o Senado.

Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades do Instituto de Ciência Política da Unb, a professora Biroli defende que a solução mais adequada para aumentar a presença de mulheres na política seria a reserva de assentos.

— A legislação que temos é uma medida mínima e sua efetividade depende de fiscalização. Sou a favor de uma lei de paridade que reserve 50% dos assentos nos legislativos nacional, estadual e local para mulheres. Assim teríamos, de fato, uma democracia que se organiza pelo

princípio de igual oportunidade de participação — avalia Biroli, que também defende que a medida seja adotada pelos partidos — Democratizar os partidos políticos seria muito importante, assim mais mulheres participariam das decisões sobre candidaturas e financiamento, sobre o programa do partido, sua identidade pública e as visões sobre o país que ela promove — explica.

A deputada federal Sâmia Bonfim (PSOL-SP) apresentou um projeto de lei para garantir às mulheres 50% das vagas em câmaras de vereadores, assembleias legislativas, Câmara dos Deputados e Senado. A proposta foi batizada de Marielle Franco.

— Há muitas mulheres que poderiam estar nesses espaços de poder, mas não estão porque as estruturas políticas brasileiras não favorecem a nossa participação política. Se tiver cota dentro do parlamento, os partidos políticos e a sociedade vão ter que se adaptar, investir em candidaturas femininas, garantir que elas apareçam na televisão, tenham cultura e formação política para competir em igualdade de condições com os homens — defende a parlamentar.

Reeleita para seu segundo mandato, a deputada federal Rosângela Gomes (PRB-RJ) segue o mesmo raciocínio de Bonfim e Biroli. Para ela, o número de mulheres no Legislativo brasileiro é insuficiente e a reserva de assentos nos parlamentos é o caminho que deve ser seguido.

— Faz toda a diferença um parlamento ser equilibrado. Não há democracia sem isso. Com um número semelhante de homens e mulheres, a democracia estará completamente enriquecida — opina.

Rosângela Gomes foi a única mulher eleita para a Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu em 2000. Defendendo pautas que se relacionam diretamente ao cotidiano das mulheres, como o combate ao câncer de mama e investimentos em creches, ela lembra de ser hostilizada e de ouvir que aquele “não era lugar de mulher”. Na atual legislatura na cidade da Baixada Fluminense, apenas uma mulher, Renata da Telemensagem (PTC), é vereadora na casa, ao lado de 16 homens.

A reserva de assentos no Legislativo também é defendida por Luciana Lóssio, que acredita que a paridade de gênero se trata de uma questão de direitos humanos.

— Metade da humanidade é feminina, e assegurar o direito das mulheres de serem representadas é um implemento do direito humano de uma minoria que historicamente foi renegada e ocupava um papel secundário. Hoje não há mais espaço para isso — afirma a ex-ministra.

*Leticia Lopes, estagiária sob supervisão de Maiá Menezes.*

---

## **Representação feminina: democracia**

# inclusiva é o que se busca, por Luciana Lóssio

O Brasil — empatado com o Paraguai — possui a pior representação feminina no parlamento, entre todos os países da América do Sul, apesar de ser a maior economia da região. Estamos entre as dez maiores economias do mundo, mas no ranking mundial de 193 democracias, ocupamos a 133ª colocação em relação à presença feminina na Câmara Baixa, ficando atrás de países como Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, que tradicionalmente renegam direitos às mulheres.

E a pergunta que, instintivamente, se faz é: o que o Estado pode fazer para corrigir esse déficit de representação?

O Poder Legislativo, desde a década de 1990, aprovou uma lei de cotas que traz representação mínima de 30% de cada sexo. O Poder Executivo a sancionou.

E após mais de 20 anos em vigor, com uma representação feminina de aproximadamente 10% nas Casas Legislativas, a política afirmativa foi revigorada por decisões históricas do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, que garantiram recursos financeiros e tempo de propaganda às candidaturas femininas.

O efeito prático dessas decisões foi o significativo aumento do número de cadeiras ocupadas no parlamento, correspondente a 50% na Câmara dos Deputados e 35% nas Assembleias Legislativas.

A situação ilustra a importância simbólica do Poder Judiciário no efetivo cumprimento da lei e reforça o seu papel essencial na concretização da igualdade de gênero na política.

Os dados do cenário internacional reforçam essa compreensão, pois, nos oito países da América Latina que possuem lei de paridade de gênero, a representação feminina varia de 18,3% a 53,1%, com relação direta entre o melhor desempenho e o grau de rigor judicial no controle da ação afirmativa.

Evidente, portanto, que não basta a criação de lei. É necessário que ela seja cumprida! É imperioso que os partidos tenham a certeza de que serão sancionados caso descumpram a legislação.

Cabe ao Poder Judiciário avançar na sua digna missão de implementar e distribuir justiça, sinalizando para todos os atores do processo eleitoral que continua atento ao princípio fundamental da igualdade de gênero, e que adotará as medidas necessárias para a consolidação dessa importante ação afirmativa.

E é nesse momento histórico de importantes avanços, no mês que se comemora o dia internacional da mulher, e quando tanto se fala em democracia inclusiva para assegurar os direitos humanos de mais da metade do eleitorado brasileiro, que o Tribunal Superior Eleitoral analisará um caso de candidatas laranjas, fantasmas, ou fictícias, registradas apenas e tão somente para alcançar o percentual mínimo de 30% e permitir que homens fossem candidatos.

Sem dúvida, essa vicissitude reclama alguma providência, pois somente com uma sinalização clara da Justiça Eleitoral será possível desestimular e coibir candidaturas fictícias, ainda verificadas em 2018, inclusive para desviar recursos dos fundos públicos de financiamento de campanha.

Não se pode conceber que mulheres sejam registradas como candidatas apenas para viabilizar candidaturas masculinas, e que os partidos políticos descumpram a lei de forma tão acintosa. Impõe-se uma correção dos rumos do processo político brasileiro, que clama por uma maior representação feminina nos cargos eletivos.

O argumento falacioso de que não há mulheres almejando a vida pública é o mesmo utilizado quando da discussão sobre o voto feminino, em 1932, quando se falava que as mulheres não se interessavam pela política, logo, não precisavam votar.

Já há quem queira acabar com a lei de cotas. Será que o próximo passo será acabar com o voto feminino?

Confiamos na justiça brasileira. Ainda há juízes em Brasília!

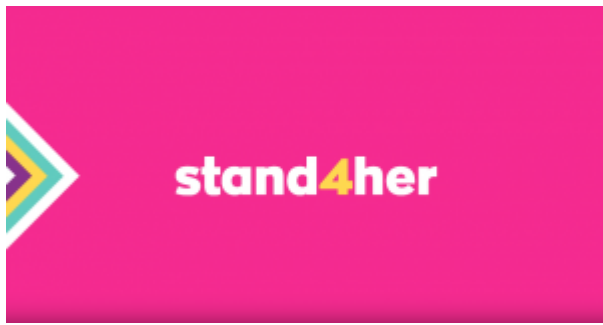
*Luciana Lóssio é advogada e ex-ministra do Tribunal Superior Eleitoral*

---

## [Avon lança programa global para melhorar as vidas de 100 milhões de mulheres por ano](#)

*Avon apoia mulheres e lança #Stand4her, em português #PorEla - um programa global para melhorar as vidas de 100 milhões de mulheres por ano*

- #Stand4her, ou #PorEla, é uma iniciativa global da Avon em resposta às barreiras que as mulheres ainda enfrentam.
- **Pesquisa realizada em nome da iniciativa identificou que:**
  - Apenas metade das mulheres sentem que vivem em uma cultura que as incentiva a empreender.
  - O avanço do potencial econômico das mulheres pode aumentar o PIB global em US\$ 12 a US\$ 28 trilhões por ano.
  - Quase 80% das mulheres acreditam que marcas de beleza colocam muita pressão para que sejam perfeitas.
  - Um quinto das mulheres se sente insegura em suas comunidades, e um terço experimentará violência física ou sexual durante sua vida.



São Paulo, março de 2019 - Com milhões de

revendedoras no mundo, e como um das companhias privadas que mais investe em causas voltadas à mulher, a Avon é mais do que uma empresa de beleza - é uma rede global feminina. Desde 1886, a empresa tem incentivado as mulheres a viver em seus próprios termos, oferecendo uma alternativa para alcançar a independência financeira e mais liberdade. #PorEla é um novo passo: um plano global para enfrentar algumas das maiores barreiras que impedem as mulheres de atingir seu pleno potencial.

Como parte da sua estratégia de negócios, a ação global visa transformar as vidas de 100 milhões de mulheres por ano, favorecendo sua liberdade para que conquistem seu próprio caminho, possam se expressar plenamente e viver uma vida segura e saudável.

Para o lançamento da plataforma #PorEla, a Avon realizou uma pesquisa com levantamento da Oxford Economics, que demonstra que as mulheres ainda não se sentem encorajadas para empreender. Essas informações indicam que o potencial das mulheres está limitado em até 50%, o que pode representar uma perda potencial no PIB global de US\$ 12 a 18 trilhões por ano.

Adicionalmente, os benefícios do trabalho vão além dos econômicos. Com a nova pesquisa da Avon, descobriu-se que:

- 77% das mulheres afirmam que trabalhar aumenta sua confiança
- 65% das mulheres dizem que o trabalho melhorou a forma como são tratadas pelos outros
- 74% das mulheres afirmam que o trabalho aumentou sua capacidade de ser um modelo para seus filhos

"#PorEla é o que fazemos, todos os dias - é o que fazemos há mais de 130 anos. Estamos reativando o forte senso de propósito da Avon e dobrando nossos esforços para apoiar as mulheres e oferecer oportunidades mais significativas e gratificantes para nossas empreendedoras de beleza. Nosso objetivo principal nunca foi mais relevante. Atualmente, a participação econômica feminina na força de trabalho permanece abaixo da dos homens, mas podemos ser um agente de mudança, desafiando barreiras arraigadas e abrindo oportunidades. Com 100 milhões de mulheres que trabalham conosco e compram de nós em todo o mundo, e milhões nas comunidades em que operamos, a Avon tem um papel fundamental - juntamente com outros parceiros - para causar um impacto real e duradouro", afirma Jan Zjderveld, CEO da Avon.

O estudo também identificou que, para 80% das mulheres, as marcas de beleza têm colocado muita pressão para que sejam 'perfeitas'. Reconhecendo o problema, a Avon planeja contribuir para transformar este cenário com uma nova estratégia de marca sendo lançada ainda neste mês.

Além disto, a companhia continua comprometida em ajudar a combater a violência contra mulheres e meninas. Segundo o estudo da Avon, o custo dessa violência de gênero é estimado em US\$ 4,4 trilhões por ano, correspondendo a 5,2% do PIB global.

“Queremos que as mulheres se sintam encorajadas a transformar suas vidas. #PorEla é a contribuição que toda mulher pode precisar para encontrar o impulso que irá mudar positivamente sua própria vida”, diz Danielle Bibas, VP de Marketing da Avon. “Em todo o mundo, as mulheres não estão sozinhas. Apoiá-las é apoiar um futuro melhor. Esta campanha dá vida à nossa missão de criar um mundo com mais mulheres empoderadas. Uma sociedade com mais mulheres empoderadas é, sem dúvida, uma sociedade melhor”, conclui Danielle.

### **Confira algumas iniciativas em destaque:**

- Programa Avon Fair for Her, para ajudar a melhorar as condições de trabalho para cerca de 250 mil mulheres na cadeia de suprimentos da Avon. O programa visa melhorar os programas de compras sociais já implementados para garantir que o público feminino que trabalha nas fábricas e áreas terceirizadas que fornecem os produtos da Avon tenham as melhores oportunidades para progredir em suas carreiras.
- Avon incentivará o poder da beleza como impulsionador da liberdade de expressão, quebrando os estereótipos por meio de uma nova estratégia de marca, que democratiza a beleza. Todas as mulheres, com suas características demográficas, etnias, sexualidades e idades, serão representadas com uma oferta de produtos de qualidade a preços acessíveis, diretamente da passarela para as ruas.
- O compromisso com a prevenção ao Câncer de Mama, apoiado pela Instituto Avon, para garantir que todas as mulheres conheçam os riscos e sinais do câncer de mama e como e quando agir.
- A promessa da Avon de ajudar no enfrentamento das violências contra as mulheres e meninas.

\*Metodologia da pesquisa - Pesquisa elaborada e entregue com o apoio de uma série de parceiros, incluindo Populus, Good Business e Cherie Blair Foundation. Foram entrevistadas 1.000 mulheres em 15 países. Somente foram ouvidas mulheres com mais de 18 anos no período de 28 de setembro de 2018 a 24 de outubro de 2018.

### **SOBRE A AVON**

A Avon, a empresa voltada para as mulheres, é líder mundial no mercado de beleza, com uma receita anual próxima a US\$ 6 bilhões. Uma das maiores empresas de venda direta do mundo, comercializa seus produtos em aproximadamente 50 países por meio de cerca de milhões de revendedores autônomos. O portfólio de produtos da Avon inclui itens de beleza de alta tecnologia e apresenta marcas de qualidade mundialmente reconhecidas como Avon True, Mark, Color Trend, Mark, Renew, Advance Techniques, Avon Care e Avon Naturals. Além disso, o portfólio de Avon inclui produtos de vestuário como a linha de lingerie Avon Signature e voltados para a casa como Inoware. A empresa é pioneira em venda direta de cosméticos no Brasil, onde está desde 1958. Atualmente, o país conta com a maior força de vendas da Avon - 1,5 milhões de revendedoras - e é também a maior operação da companhia no mundo. Para obter mais informações sobre a Avon no mundo, visite o site: [www.avoncompany.com](http://www.avoncompany.com)



## **SOBRE O INSTITUTO AVON**

Criado há 15 anos, o Instituto Avon é a organização ligada a AVON, empresa privada que mais investe financeiramente em ações voltadas à mulher no Brasil. Até 2016, foram investidos pela Avon R\$ 137 milhões em 257 projetos e ações focados na superação de dois dos principais desafios à plena realização da mulher: a detecção precoce do câncer de mama e o enfrentamento à violência contra a mulher.

O grande diferencial da organização é a capacidade de mobilizar diferentes stakeholders para a concretização de seus projetos: empresas públicas e privadas, ONGs, movimento social, organismos internacionais e órgãos públicos em todas as esferas; e a força de vendas da empresa de cosméticos Avon, com mais de um milhão de Revendedores que disseminam conhecimento sobre as causas e atuam como rastreadores de necessidades específicas de atendimento e recursos em suas respectivas comunidades. Essa capilaridade e abrangência permitem ao Instituto estar presente em 100% dos municípios brasileiros e beneficiar mais de 5 milhões de pessoas. Visite o site: [www.institutoavon.org.br](http://www.institutoavon.org.br)

---

## **Candidaturas de laranjas levam Congresso a propor fim de cota para mulheres**

*Até agora dois projetos querem alterar regras que obrigam siglas a destinar ao menos 30% das vagas e dos recursos para as candidatas*

**(Folha de S.Paulo, 03/03/2019 - acesse no site de origem)**

A revelação do [esquema de candidaturas femininas de fachada](#) simplesmente para que partidos atingissem o percentual mínimo de candidatas trouxe de volta ao Congresso a discussão sobre a cota de vagas para mulheres nas eleições.

No primeiro mês de trabalho do Legislativo foram apresentados dois projetos que levam em consideração o desvio de recursos a partir de candidaturas de laranjas.

O primeiro acaba com o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, o chamado fundo eleitoral. O outro, da semana passada, extingue o percentual mínimo de candidatas.

Se aprovados até outubro, podem já valer para as eleições municipais de 2020.

Desde 2009, mulheres precisam ser 30% das candidaturas registradas por um partido.

Além disso, no ano passado, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidiu que as legendas deverão reservar pelo menos 30% dos recursos do fundo eleitoral para financiar candidaturas femininas. O mesmo percentual passou a ser considerado em relação ao tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV.

No entanto, como a Folha mostrou em reportagens neste ano, partidos usaram mulheres como

candidatas laranjas nas últimas eleições.

Uma das siglas que adotou a prática foi o PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, eleito com o discurso de ética e fim da corrupção.

Diante das denúncias, Gustavo Bebianno, que presidiu o partido na época das eleições, [foi demitido do cargo](#) de ministro da Secretaria-Geral, e o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, teve sua manutenção no cargo [questionada por aliados do governo](#).

Reportagem da Folha publicada em 4 de fevereiro revelou que Álvaro Antônio, deputado federal mais votado em Minas Gerais, [patrocinou um esquema de quatro candidaturas de laranjas](#), todas abastecidas com verba pública do PSL. O caso é investigado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público do estado e levou o ministro a reivindicar no STF (Supremo Tribunal Federal) foro especial —o que foi negado.

“No momento em que se estabeleceu o percentual de 30% para as mulheres, está claro agora que acabaram sendo conduzidos recursos para mulheres sem grande potencial eleitoral que servissem justamente de guarda-chuva para as campanhas dos marmanjos”, afirma Major Olímpio (SP), líder do PSL no Senado e presidente da legenda em São Paulo.

Ele é autor do projeto que acaba com o fundo eleitoral. Hoje, os candidatos recebem recursos desse fundo, do fundo partidário e de doações de pessoas físicas.

Olímpio diz que a obrigatoriedade da cota gera candidaturas sem consistência, “simplesmente para preencher um vazio”.

“[Para] Cada mulher que você não consegue nos 30%, você está perdendo candidatura masculina. É comum os partidos falarem ‘oh, cara, eu quero legenda para ser candidato num partido’. ‘Então, me arrume mais duas mulheres’”, afirma.

Já o projeto que acaba com a cota de mulheres foi apresentado pelo senador Angelo Coronel (PSD-BA). Ele justifica que a participação feminina nas últimas eleições não se mostrou diferente do patamar histórico.

No ano passado, o número de mulheres registradas pelos partidos ficou próximo ao mínimo exigido por lei —30,7% dos pedidos de registro para a disputa aos cargos de deputado estadual e 31,59% para as vagas de deputado federal.

“Parto do princípio que as mulheres querem ter igualdade com os homens. Se querem igualdade, não precisa ter cota”, afirma Coronel.

No Congresso, há mulheres que concordam com ele.

“Sou contra qualquer tipo de estipulação de cotas, seja para questões de raça, de opção sexual, de gênero. Penso que as cotas, antes de incluir, excluem, são preconceituosas”, afirma Selma Arruda (PSL-MT).

“Se não temos mulheres suficientes porque elas não se interessam ainda, por questão cultural, de entrar na política, não será impondo cotas que nós vamos conseguir”, afirma a parlamentar de Mato Grosso, estado que elegeu apenas uma senadora —ela— e uma deputada federal.

Atualmente, apenas 12 dos 81 senadores são mulheres, 15%. Na Câmara, são 77 deputadas e

436 deputados (15%).

O líder do Solidariedade na Casa, deputado Augusto Coutinho (PE), que comanda uma bancada com duas mulheres e 13 homens, também se diz contra as cotas. “É mais um desses puxadinhos brasileiros que só criam problema.”

“No mundo ideal a gente não precisaria de cota para absolutamente nada. Meu sonho é que nós não precisemos de cotas para que as mulheres tenham espaço na política brasileira”, afirma a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), [líder do governo no Congresso](#) e presidente do PSL Mulher.

Para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), é preciso aprovar um projeto de lei que regulamente a distribuição de recursos do fundo eleitoral, sem alterar o percentual destinado às mulheres.

“O problema foi aprovar sem o Legislativo. O que precisamos é ter uma lei que deixe clara a regra da distribuição dos recursos sem mudar os 30% das mulheres”, afirma.

A possibilidade de acabar com a cota foi considerada absurda por alguns parlamentares de ambos os gêneros, que criticam o fato de se usar as candidaturas de laranjas como pretexto para retroagir na legislação em vigor.

“O problema é o crime, não o princípio. A reserva de vagas é um princípio para garantir a paridade da participação feminina nas eleições”, afirma o líder da minoria no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

“É uma desculpa de quem nunca admitiu mulher na política para retroceder e fazer o que eles querem, a nossa exclusão do cenário”, diz a senadora Eliziane Gama (PPS-MA).

“O que falta é fiscalização, investigação, punição para quem faz. E não retirar um direito conquistado, que foi muito difícil conseguir”, afirma a líder do PP no Senado, Daniella Ribeiro (PB).

*Daniel Carvalho e Angela Boldrini*

---

## **“Não há mais espaço para fraude com candidatas laranjas” , diz ex-ministra**

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julgará na quinta-feira uma ação de investigação judicial eleitoral (Aije) cujo resultado vai barrar, ou no mínimo arrefecer, fraudes de partidos que usam mulheres como candidatas laranjas para preencher a cota obrigatória de 30%. A tendência é que o tribunal confirme sentença do TRE do Piauí, levando à cassação de toda a chapa de seis vereadores do município de Valença do Piauí eleitos em 2016, numa coligação que registrou candidatas laranjas.

**[\(Valor Econômico, 25/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O julgamento abrirá caminho para outras decisões: tramitam no tribunal, hoje, 31 ações semelhantes, sobre casos de laranjas. “Acredito piamente que a Justiça brasileira vai ser muito firme na análise destes casos em razão das mudanças culturais que estamos vivendo. São novos tempos e é preciso que todos tenham essa compreensão. Não há mais espaço para essas fraudes eleitorais”, afirma a advogada Luciana Lóssio, ex-ministra do TSE.

A primeira decisão nas instâncias superiores sobre caso de laranjas ocorrerá no momento em que o PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, enfrenta graves denúncias sobre este tipo de fraude em Pernambuco e Minas Gerais. As denúncias já derrubaram o advogado Gustavo Bebianno da Secretaria Geral da Presidência da República e deixam na berlinda o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio.

No TSE, Luciana Lóssio foi uma das vozes mais contundentes em favor de revisão da jurisprudência que impedia o avanço de investigações sobre laranjas. Antes das eleições de 2012 só era possível investigar indícios de fraudes com laranjas cinco dias depois do registro da candidatura. “Cinco dias após o registro das candidaturas ninguém sabe se aquela pessoa ali é candidata de verdade ou de mentira, se é pra valer ou se é ficção. Por isso esse tipo de discussão nunca chegava à Justiça Eleitoral” explica.

Lóssio iniciou então um debate na corte sobre um caso em Jânio de Freitas, coincidentemente também no Piauí. “Mudamos a jurisprudência por entender que essas fraudes não só podem como devem ser analisadas em Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), que podem ser propostas até a diplomação, e nas Ações de Impugnação de Mandato Eletivo, que também podem ser propostas até 15 dias depois da diplomação.”

Essa mudança permitiu que casos como o de Valença e os que envolvem o PSL tenham vindo à tona agora, acredita a advogada. “Tivemos inúmeras ações propostas em 2016. O Tribunal Regional Eleitoral em São Paulo foi o primeiro a julgar um caso que cassou toda a chapa. E aí vieram as eleições de 2018”, recorda-se.

“Quando você lança uma candidata que não é candidata, que está ali apenas para preencher um percentual da cota, você está fraudando o sistema eleitoral. É isso que está surgindo hoje à tona”, constata a advogada. Sobre as denúncias envolvendo o PSL, Luciana Lóssio afirma só ter as informações divulgadas pela mídia, mas pondera que os casos “ferem o bom senso e a razoabilidade”. “Não é crível imaginar que a candidata receba a verba do fundo eleitoral, maior do que foi destinado inclusive para o candidato à Presidência da República pelo partido”, diz, referindo-se ao caso de Pernambuco, em que uma aposentada recebeu R\$ 400 mil, terceiro maior montante do fundo eleitoral do PSL em todo o país e teve 264 votos. “As mulheres passaram a ser viúvas ricas das eleições de 2018.”

A lei que estabeleceu a cota de 30% de candidaturas femininas é de 1997. “Por que essa cota de 30% nunca funcionou? Porque ela foi idealizada para nunca dar certo”, indaga e responde a ex-ministra. Luciana Lóssio enumera uma série de minirreformas eleitorais feitas pelo Congresso que tentaram minar a representatividade feminina. Lóssio sempre se perguntou, como ministra e advogada eleitoral, quais eram os entraves que levavam o país a ter uma política afirmativa de gênero, com maioria do eleitorado feminino, mas apenas 10% de mulheres na representação política.

Em 2015 foi aprovada uma lei que segundo Lóssio, comprova a “audácia” dos partidos contra a representação feminina. Apesar da cota de 30% de candidaturas femininas, estabeleceu-se

que “os partidos reservarão em contas bancárias específicas no mínimo 5% e no máximo 15% do montante do fundo partidário destinado a financiamento das campanhas eleitorais para as mulheres”.

“Ou seja, criaram um teto de gastos com mulheres, o que é manifestamente inconstitucional.” O assunto chegou ao Supremo Tribunal Federal e, em 2018, os ministros decidiram que a fixação de um teto financeiro do fundo partidário para as candidatas mulheres era inconstitucional. “Se há uma cota mínima de 30% de registro de candidaturas femininas, também deve ser observado pelo menos 30% do dinheiro e pelo menos 30% de visibilidade nas propagandas eleitorais. Aí começamos a mudar um pouco o sistema e o funcionamento”, diz a ex-ministra.

Quando os políticos decidiram criar o fundo eleitoral, para compensar a falta de dinheiro para campanhas devido ao veto a doações de empresas, Luciana Lóssio já estava fora do TSE. “Mas fui atrás de algumas deputadas e senadoras [em 2018], de diversos partidos, e propus uma consulta ao tribunal perguntando se sobre essa decisão do Supremo em relação ao fundo partidário também deveria ser considerada a mesma premissa para o dinheiro do fundo eleitoral, criado.”

Por unanimidade, em sessão presidida pela ministra Rosa Weber em 2018, o TSE determinou que de todo dinheiro do fundo partidário e do fundo eleitoral 30% dos recursos tinham que ser destinados a mulheres. “Foi outro passo muito importante para contribuir para candidaturas efetivas, e não laranjas”, diz.

Para a especialista, que faz doutorado em Salamanca, Espanha, intitulado “O papel do Estado na baixa representação feminina política”, a entrada das mulheres na política brasileira é uma mudança cultural que demanda tempo. “Muitos partidos ainda têm essa cultura arraigada de que política não é lugar para mulher, que mulheres não gostam de política e não têm preparo. E aí continuam a colocar candidatas fictícias.”

As ações julgadas a partir de agora, enfatiza a ex-ministra do TSE, passaram a deixar os partidos políticos “amedrontados”. “Muitos cumpriram a cartilha direitinho, o dever de casa. Outros não. Mesmo assim o impacto real foi muito bom. Nas eleições de 2018 para a Câmara dos Deputados, houve um acréscimo de 50% de eleitas. Em 2014, foram eleitas 9,9% de mulheres (51 deputadas). Agora, em 2018, foram eleitas 77 entre 513, 15%.”

O fato de candidatas laranjas descobertas levarem à cassação de uma chapa inteira, como o caso do Piauí, é motivo mais do que suficiente para que os partidos reflitam sobre a propagação da fraude no pleito de 2020. “Constatada a fraude, que há candidatas laranjas, posso cassar a chapa inteira? Qual resposta a Justiça vai dar a essa ilegalidade?”

Há quem diga: posso presumir que a candidata que teve zero voto e não teve gasto de campanha foi laranja? Digo eu: não estou presumindo, estou constatando”, conclui.

*Malu Delgado*